



INFRAESTRUTURA

Regime sancionado por Lula prevê incentivos fiscais por cinco anos, mas inclusão do gás natural entre as fontes contempladas gera debate no governo federal e preocupação ambiental

Redata reduz impostos para data centers

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, a lei de incentivo à construção de data centers no Brasil. Denominada Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Centers (Redata), a medida é de autoria do Planalto e foi aprovada pelas duas Casas do Congresso.

Elaborado pelos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), o Redata suspende, pelos próximos cinco anos, a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Imposto de Importação sobre equipamentos essenciais para a construção e o funcionamento dessas estruturas.

Poderão aderir ao regime empresas que atuam na armazenagem, no processamento e na gestão de dados e aplicações digitais, incluindo computação em nuvem, processamento de alto desempenho e modelos de inteligência artificial.

Entre as contrapartidas previstas no Redata estão a geração de energia renovável ou de baixa emissão de carbono e a destinação ao mercado interno de pelo menos 10% da capacidade de processamento, armazenagem e tratamento de dados.

Embora tenha sancionado a

medida, o presidente Lula não discursou na cerimônia de assinatura, no Palácio do Planalto. Ele foi representado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que afirmou que o Redata abrirá oportunidades de investimento em energia renovável no Brasil. “A energia limpa é o que nós temos em abundância, energia limpa. O investimento é tudo o que o Brasil precisa, ainda mais quando são em sustentabilidade”, afirmou.

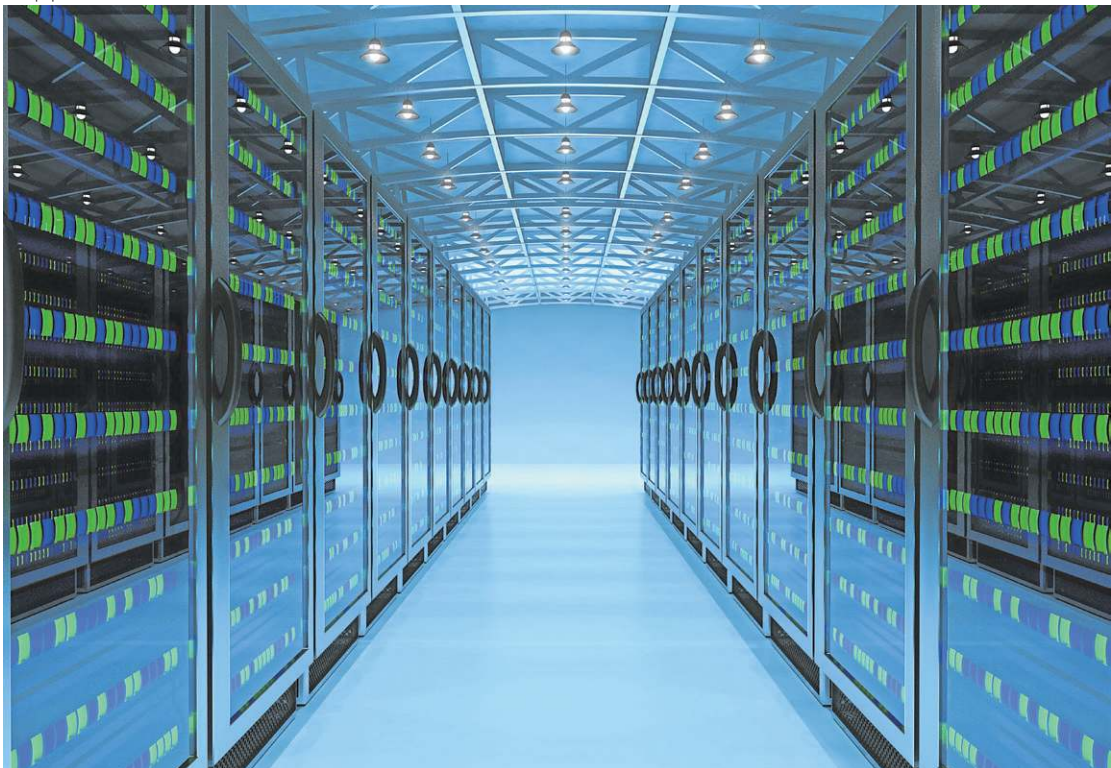
Antes do discurso de Alckmin, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, disse que o Redata terá potencial para atrair cadeias produtivas em variadas áreas da economia. “Nós vamos atrair investimentos, não apenas para a infraestrutura, mas também para o processamento, para a gestão de dados e para todos os serviços associados ao desenvolvimento de inteligência artificial”, ressaltou, ao citar uma bandeira do presidente Lula em prol da soberania de dados.

Gás natural

Embora o projeto inicial do Redata preveja incentivos fiscais para data centers movidos a energia limpa e renovável, o texto aprovado pelo Senado incluiu o gás natural, combustível fóssil e finito, entre as fontes contempladas pelo regime especial.

Presente na cerimônia de sanção, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron,

wallpaperbetter



Estruturas de processamento de dados estão entre as contempladas pelo regime, incluindo nuvem e IA

afirmou que a questão ainda está em discussão no governo. “Estamos trabalhando para fechar uma posição de governo”, disse a jornalista no Palácio do Planalto.

O assessor especial do Ministério da Fazenda, Rafael Dubeux, explicou a jornalistas que a substituição das expressões “energias

renováveis e limpas” por “energia de baixo carbono” pelo Senado abriu margem para incluir data centers movidos a gás natural no regime especial de tributação. “Há um debate em curso hoje dentro do governo para amadurecer qual o alcance da expressão baixo carbono, que subsídios técnicos a gente tem

para definir exatamente qual o alcance dessa expressão”, destacou.

Mercado x meio ambiente

Setores ligados ao mercado de telecomunicações também comentaram a sanção do Redata. O Instituto Brasileiro de Telecomunicações e

Soluções Digitais (IBTD) celebrou o regime especial para a implantação de data centers, mas destacou a necessidade de regulamentação rápida, além de avanços em energia, transmissão, infraestrutura de backbones, conectividade internacional, licenciamento e segurança regulatória.

“O Redata corrige uma desvantagem importante do Brasil na tributação dos equipamentos e melhora as condições para disputar novos investimentos”, reforçou André Martins, presidente do IBTD.

Apesar de governo e mercado apontarem para o aumento da atratividade e da demanda por infraestrutura digital com o Redata, entidades ligadas à transição energética e ao meio ambiente alertam para possíveis impactos territoriais da construção de data centers.

Representante do Instituto E+ Transição Energética, Clauber Leite pondera que é necessário avaliar os locais de instalação e abastecimento dos data centers. “Esses empreendimentos podem representar cargas de centenas de megawatts, com consumo praticamente contínuo, além de demandarem água para refrigeração e infraestrutura física. Por isso, os impactos precisam ser avaliados não apenas empreendimento por empreendimento, mas também de forma cumulativa e territorial, especialmente quando vários projetos se concentram em uma mesma região”, considerou.

SAÚDE

Reprodução/YouTube



Segundo a esposa, Mila, Lito está estável na UTI após iniciar o tratamento

Lito recebe medicamento experimental

» CAETANO YAMAMOTO*

O influenciador e aviador Lito Sousa recebeu uma medicação experimental autorizada para o tratamento da doença de Creutzfeldt-Jakob (DCJ). Em vídeo publicado no canal Aviões e Músicas, a mulher dele, Mila Seidl, informou que Lito não apresentou intercorrências relacionadas ao medicamento e permanece estável na UTI.

“Ele está estável dentro do seu quadro, mas ainda precisamos de muitas orações e da torcida de vocês para que esse remédio funcione. Só saberemos nas próximas seis ou sete semanas, quando for possível comparar uma amostra e

observar a evolução do caso, pois o organismo precisa processar a medicação”, afirmou.

Mila revelou que Lito deixou o home care na última semana e voltou ao Hospital Albert Einstein após uma piora no quadro. Segundo ela, a deterioração aumentou a urgência para que o medicamento chegasse ao Brasil. “Ela vem em uma velocidade rápida: em um dia você anda, no outro dia já não anda mais; em um dia faz uma coisa, no outro dia já não faz mais. Então, cada minuto é essencial”, relatou.

A substância é a ALN-6457, um composto experimental que será utilizado de forma compassiva. Segundo Mila, o uso compassivo é

destinado a pacientes com doenças graves e risco de morte que não têm outras opções de tratamento.

Segundo a mulher de Lito, o medicamento é um silenciador de RNA (siRNA) que atua na inibição dos prions, em uma linha semelhante à de estudos da Universidade Harvard e da Ionis. Embora apresente resultados promissores em animais, o efeito em humanos ainda é desconhecido.

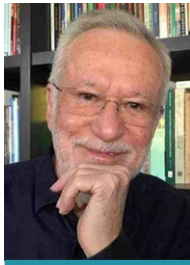
“Descobriremos agora com o Lito: não sabemos se apenas pausa, desacelera, limpa tudo ou se limpa e melhora. Fizemos tudo o que estava ao nosso alcance e agora nos resta ter muita fé e torcer para que de certo, para que tudo isso seja apenas

uma turbulência severa e que possamos pousar bem”, afirmou.

A medicação chegou ao país após uma operação entre a Receita Federal e a Anvisa. A carga foi transferida diretamente do avião para um helicóptero, que a levou ao destino. Segundo Mila, as autorizações para a entrada do medicamento já estavam sendo preparadas, enquanto partes do tratamento vieram da Suíça e dos Estados Unidos.

Um voo foi cancelado por problemas técnicos, apertando ainda mais o prazo. A empresa Avanto auxiliou no transporte com um helicóptero particular.

*Estagiário sob supervisão de Rafaela Gonçalves



ALEXANDRE GARCIA

TRIBUNAL POLÍTICO, O STF DIVIDE-SE AGORA EM BATE-BOCAS ENTRE OS QUE APOIAM MORAES E LULA E OS QUE APOIAM MENDONÇA E FLÁVIO

Colapso Supremo

Como as Torres Gêmeas, o Supremo entrou em colapso. A diferença é que o ataque veio de dentro, como a sessão de ontem demonstrou. Fachin quer reverter a tentativa de suicídio. Mas é difícil não lembrar que foi ele que provocou o colapso da Lava-Jato, um símbolo do fim da imoralidade impune. E sofre resistência, principalmente de Gilmar e Dino — o mais antigo e o mais novo ministro. Como um desastre de avião, a queda do Supremo é a soma de erros. “Erros não se anulam;

somam-se” — alertou o pragmático Delfino Netto.

O presidente do STF em 2016, Lewandowski, rasgou parte da Constituição para não punir a condenada Dilma, e ninguém falou nada. Três anos depois, Toffoli presidente, sem o essencial Ministério Público, inventou o Inquérito 4781 e, sem sorteio, nomeou Moraes relator. E só Marco Aurélio discordou e batizou-o de Inquérito do Fim do Mundo. Então passou a ser violada não apenas a Constituição, mas o devido processo legal.

Mais: o então presidente Barroso, inspirado por Gilmar, resolve converter o tribunal constitucional em tribunal político e criativo. Foi a pá de cal. Mas a reação nacional era de um escandaloso silêncio.

O Supremo passava a substituir o Legislativo, a agir como constituinte, sem ter um voto sequer de representatividade do povo, origem do poder. E baixou sobre o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, uma toga preta a bloquear, tolher, censurar, apreender celulares e computadores, prender até mesmo parlamentares, invioláveis por quaisquer palavras.

O amplo direito de defesa e a liberdade de expressão foram

obstruídos; a experiência de dominar por medo na covid foi ampliada pelo medo do arbítrio, da Polícia Federal à porta às 6 da manhã. E, pior que tudo, tornando-se político, o Supremo deixou de ser imparcial; sem isenção, deixou de ser juiz. O olho do povo foi vendo tudo. Queixou-se sussurrando, mas, ante escândalos de milhões de reais, levantou a voz, como hoje. E, sendo patrão, está a exigir respeito. Primeiro investigar o óbvio; depois julgar. Em vésperas de eleição, investigação com consequências nas urnas.

Penso que todos os que juraram defender a Constituição estão sendo perjuros, desde que isso

começou, há anos, quando a Constituição foi submetida à vontade de juízes supremos. Na promulgação da Constituição, o presidente da Constituinte de 1988 sentenciou: “Traidor da Constituição é traidor da pátria!”. Em 9 de dezembro último, no minuto seguinte à divulgação, por Malu Gaspar, do contrato entre a Família Moraes e o Master, o art. 101 da Constituição alertava: “O Supremo compõe-se de 11 ministros... de reputação ilibada.” Sem mancha. Os que juraram defender a Constituição deveriam denunciar a mancha que surgiu, mas calaram, descumprindo o juramento.

Tribunal político, o STF divide-se agora em bate-bocas entre

os que apoiam Moraes e Lula e os que apoiam Mendonça e Flávio. O Supremo político ganhou uma extensão eleitoreira. Após o avião político atacar a torre de marfim do Supremo, agora é o da eleição a bater na outra torre e provocar desmoronamento. A Débora escreveu com batom o “perdeu, Mané” na deusa da Justiça. A politização criada pelo autor da frase não pode ser apagada como o batom da condenada por 14 anos. A política enfraqueceu as fundações da Suprema Corte. Enquanto não decidem sobre Moraes, não custa perguntar: Que pena merecem os que abalaram a instituição? Sete vezes 14 anos?